

## O apoio na bandeja de prata

O presidente José Sarney recebeu o apoio solicitado aos membros da Assembléia Nacional Constituinte de onde menos esperava: da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Sinal evidente — esse apoio não solicitado — de que, pelo menos para as cúpulas políticas, a crise pode tornar-se institucional. Ou teriam os líderes empresariais paulistas outra razão para reunir-se e proclamar que cabe ao chefe do Executivo estabelecer as grandes linhas pelas quais a Assembléia Nacional Constituinte deve desenvolver seus trabalhos?

O chefe de governo tem o apoio das lideranças empresariais não apenas para assumir os plenos poderes que reclamou, mas igualmente para sua pretensão de cinco anos para o mandato presidencial, e o presidencialismo. Esse apoio, concedido no mesmo dia em que o senador Albano Franco, presidente da CNI, se alegrava com o fato de a Comissão de Sistematização haver mantido a unidade sindical (com o que, por decorrência, virá a sustentação de toda a estrutura corporativista do sindicalismo brasileiro), ilustra as afinidades — eletivas ou suspeitosas? — que unem a classe empresarial e o Estado brasileiro. Derrotada a boa lógica econômica na questão da estabilidade, a Fiesp se apresta a dar apoio ao chefe do Executivo. Para quê?

O movimento iniciado pela Fiesp tem como objetivo evitar que o PMDB assumira sozinho o governo. Isso é o que o presidente Sarney não quer que aconteça, imaginando que o partido majoritário pretende assumir as pesadas responsabilidades da condução da política governamental. Ora, na verdade — e nisso reside boa parte do drama político que vive o País — o PMDB não quer, nunca pretendeu e jamais desejará ser visto como responsável por coisa alguma. O PMDB, hoje, é um partido preocupado em ocupar postos no aparelho de Estado, realizar uma política clientelística e assumir a postura de defensor das classes menos favorecidas e de adversário irredutível do "imperialismo". Há, sem dúvida, dentro dele, as alas mais conservadoras, que não gostariam que o ataque ao "imperialismo" fosse tão estridente — mas ninguém, do chamado Centro Democrático, terá coragem de opor-se às teses que o grupo da *poire* suscitou e que agora começam a tornar-se vitoriosas na Assembléia Nacional Constituinte.

Nem a Fiesp, nem o presidente da República se deram conta de que o perfil do PMDB é esse — o do PRI mexicano ajustado à realidade brasi-

leira, isto é, um partido cuja prática se diferencia daquela de seu similar mexicano na exata medida em que a civilização tupiniquim se afasta da asteca. Por não compreender que esse é o PMDB, a Fiesp decidiu entrar na liça, entre o partido e Sarney, defendendo o presidente da República como única alternativa possível ao caos e à esquizofrenia do País. Estrategicamente, a decisão dos empresários veio em mau momento, pois, tal qual se noticiou, permite que se forme a impressão de que decidiram assinar o cheque em branco que o PMDB se recusara a subscrever; e a tal foram levados porque vêem em Sarney a única figura investida de poderes institucionais aptos a mudar, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, decisões estapafúrdias que foram votadas na Comissão de Sistematização.

Não terá passado pela cabeça dos líderes empresariais de São Paulo que a tarefa de convencer os constituintes — 280 ou 281 — do desastre econômico que representa a estabilidade associada ao pagamento em dobro das horas extras, mais as 44 horas de trabalho semanais, cabe aos empresários aliados àquelas lideranças sindicais mais lúcidas realizar amplo movimento de mobilização da opinião pública? Não terá ocorrido aos empresários reunidos na Fiesp que, ao tomar a figura de Sarney como a única capaz de salvar o capitalismo brasileiro das investidas da esquerda do PMDB — ao que se supõe, majoritária na Constituinte —, estão endossando as pretensões pessoais do presidente, sem saber a rigor quais são? Ao assim agir, eles de certa forma constroem a própria Assembléia Nacional Constituinte, dando azo a que os indecisos se deixem seduzir pelas esquerdas aos gritos de "abaixo os empresários" e votem outras medidas desatinadas contra a economia brasileira como um todo.

Antes de adotar sua decisão, os empresários da Fiesp não tiveram tempo de conhecer declarações do líder do PFL na Assembléia Nacional Constituinte, deputado João Lourenço. Se delas tivessem sabido, teriam pensado duas vezes antes de apressar-se a considerar o sr. José Sarney a saída para a crise. Que disse Lourenço? Simplesmente que não sabe qual é o pensamento correto do Executivo a respeito do sistema de governo; que apesar de o presidente Sarney dizer pela manhã que defende o presidencialismo, pela tarde tem outra posição. E Lourenço reclama uma definição.

Ao invés de hipotecar solidariedade ao presidente — no que a Fiesp se insere na sua conhecida tradição —, os empresários deveriam ter reclamado uma definição de s. exa. Esse esclarecimento é tão mais necessário quando no documento "Democracia e Desenvolvimento" — que os empresários tacitamente endossam — o presidente faz referência expressa a uma política salarial que acabará por arrastar o País a uma situação de inviabilidade. Na Fiesp, chegou-se à disjuntiva: ou se dá apoio a Sarney ou se terá o triunfo da esquerda na Assembléia Nacional Constituinte. Ora, o raciocínio não é de todo correto. A indecisão presidencial, o descaso que vota pelo exercício pleno de sua autoridade são tão responsáveis pela crise política quanto idêntica atitude do presidente Figueiredo a seu tempo, e a desenvoltura com que a Assembléia Nacional Constituinte destrói a economia brasileira, em virtude da desunião e incapacidade dos empresários.

A crise, convenhamos, não se resolve dando ao presidente poderes para impor-se à Assembléia Nacional Constituinte. Ela só encontrará seu desagudouro dentro da normalidade democrática no dia em que os constituintes tomarem consciência de que a sociedade não suporta mais esse tipo de irresponsabilidade, compreensível em colegiais, mas não em constituintes; como também não aceita que o presidente da República deixe de exercer suas prerrogativas e fique empregando expedientes menores, como esse de querer assinaturas de deputados e senadores para poder reformar seu ministério, e acabe recebendo apoio dos empresários paulistas.

A crise, os empresários disso têm consciência, é uma crise de autoridade. Que começa na Presidência da República e passa pela Fiesp, que, depois de derrotada sem muita glória no caso da estabilidade, diz agora ser contra o capitalismo cartorial mas não se empenha com o vigor que lhe é próprio para pôr termo à reserva de mercado da informática e às demais restrições que afugentam o capital estrangeiro do Brasil.

De Caracas o presidente deve estar sorrindo: atirou no PMDB e recebeu em bandeja de prata o apoio da Fiesp para que exerça os plenos poderes que reclama. O golpe de Estado de 18 de maio encontrou, finalmente, quem o apoiasse em nome da defesa da lei e da ordem.